



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

110

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294784-8

APELANTE: IRMÃOS COUTINHO INDÚSTRIA DE COUROS S.A.

APELADO: PULCRA ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. NOTAS FISCAIS COMO PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. ASSUNÇÃO DA INADIMPLÊNCIA. ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM VIRTUDE DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL (CASO FORTUITO). EXCLUDENTE DA OBRIGAÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DA IMPREVISIBILIDADE, ATRIBUTO ESSENCIAL PARA A QUALIFICAÇÃO DO EVENTO COMO CASO FORTUITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0294784-8, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo, nos termos dos votos da Turma, constante nos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Sessão realizada no dia 10.06.14 .

Recife,

10 de junho de 2014


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

98
01

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294784-8

APELANTE: IRMÃOS COUTINHO INDÚSTRIA DE COUROS S.A.

APELADA: PULCRA ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Trata-se, em síntese, de AÇÃO DE COBRANÇA ajuizada por PULCRA ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA em desfavor de IRMÃOS COUTINHO IND. DE COUROS S/A, a fim de obrigar a ré a pagar um suposto débito no valor de R\$ 80.536,37 (oitenta mil, quinhentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos), de acordo com as notas fiscais acostadas às fls. 15.

Alegou a demandante "que a requerida adquiriu mercadorias de sua fabricação e comercialização, vendeu, auferiu lucros e não pagou por estas nas datas aprazadas". Assim, por não cumprir com o pactuado, estaria a ré inadimplente, o que legitimaria a cobrança do referido valor.

Contestou a demandada argumentando que não contava com o colapso do mercado mundial, fato que afirma ter alterado substancialmente a equação econômico-financeira do contrato firmado. Segue excerto da contestação:

(...) A hipótese dos autos, portanto, se encaixa perfeitamente na hipótese denominada de "caso fortuito" em que envolve fatos que a melhor cautela não possui qualquer eficácia em repelir, sendo absolutamente imprevisível e inafastável a atual crise econômica mundial, algo visto apenas em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores Norte Americana."

99
04

O MM juiz *a quo*, com fulcro no art. 269, inciso I, do CPC, julgou procedente o pedido formulado pela demandante, para compelir a suplicada ao pagamento da quantia de R\$ 80.536,37 (oitenta mil, quinhentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos), atualizada pela tabela do ENCOGE, a partir do ajuizamento da Ação, e acrescida de juros legais de 1% ao mês, desde a citação.

Irresignada, a ré interpôs a presente apelação cível. Preliminarmente, pugnou pela nulidade da sentença alegando que não lhe foi oportunizada a produção de provas para que pudesse demonstrar que a crise econômica gerou sua insolvabilidade, acarretando, consequentemente a inadimplência contratual. No mérito, a apelante, tentando justificar sua inadimplência e a inexistência de seu dever de sanar a dívida contraída, alega caso fortuito e onerosidade excessiva. O excerto abaixo resume bastante o alegado pelo réu/apelante no presente recurso:

"Contudo, não contava a Apelante com o colapso do mercado mundial, que já perdurava por mais de três meses, onde grandes bancos americanos e europeus suportavam enormes dificuldades suportam enormes dificuldades e recebem auxílio governamental, diversas empresas já foram incorporadas para evitar a quebra, a exemplo da AIG gigante mundial do setor de seguros, bolsas de valores com quedas vertiginosas, crise imobiliária americana, fatos públicos e notórios, estando a dispensar comprovação (art. 334, I), o que provocou a retração dos mercados consumidores da matéria prima fabricada pela Contestante, com a consequente paralisação das operações comerciais de exportação da mesma."

Contrarrazões da apelada às fls. 74/84.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 30 de

Juliana de 2018.
Eduardo Augusto Paurá Peres
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294784-8

APELANTE: IRMÃOS COUTINHO INDÚSTRIA DE COUROS S.A.

APELADO: PULCRA ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Srs. Desembargadores,

Senhor (a) Procurador (a).

O cerne do presente litígio reside no dever ou não de pagamento de dívida resultante de contrato inadimplido pelo Apelante, uma vez que, este alega como causa para o não cumprimento do pactuado a ocorrência de caso fortuito, qual seja crise econômica mundial.

Há, contudo, a necessidade de ser apreciada, em primeiro lugar, a preliminar suscitada pela parte apelante.

Preliminar nulidade da sentença – Cerceamento de produção de prova.

A preliminar levantada não procede.

Tendo em vista os princípios do livre convencimento e da discricionariedade, o magistrado não é obrigado a deferir provas que não entender necessárias ao deslinde do caso, até porque, se para a formação de seu convencimento, aquelas já constantes dos autos forem suficientes, prescindível se tornam aquelas requeridas pelas partes.

Desta forma, não conheço da preliminar de nulidade da sentença, por cerceamento de produção de provas.

Recife,

10

de

junho

de 2014

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

RS
1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

112

Voto de mérito:

No mérito, a apelada, tentando justificar sua inadimplência e a inexistência de seu dever de sanar a dívida contraída, alega caso fortuito e onerosidade excessiva. O excerto abaixo resume bastante o alegado pelo réu/apelante no presente recurso:

“Contudo, não contava a Apelante com o colapso do mercado mundial, que já perdurava por mais de três meses, onde grandes bancos americanos e europeus suportavam enormes dificuldades suportam enormes dificuldades e recebem auxílio governamental, diversas empresas já foram incorporadas para evitar a quebra, a exemplo da AIG gigante mundial do setor de seguros, bolsas de valores com quedas vertiginosas, crise imobiliária americana, fatos públicos e notórios, estando a dispensar comprovação (art. 334, I), o que provocou a retração dos mercados consumidores da matéria prima fabricada pela Contestante, com a consequente paralisação das operações comerciais de exportação da mesma.”

A decisão recorrida não comporta reparos.

A requerida adquiriu mercadorias da requerente, dando origem às notas fiscais de nº 5725; 7373; 7783; 8918 (fls. 15). Apesar de reconhecer a existência da dívida alegada pela Apelada, a Apelante tenta afastar o dever de saldá-la afirmando que o descumprimento do contrato ocorreu em razão da crise econômica mundial. Assevera que o caso dos autos se encaixa perfeitamente na hipótese do art. 393 do Código Civil, que permite a exoneração da obrigação contraída:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

113

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

No entanto, não tem razão a apelante.

O caso fortuito e a força maior são caracterizados pela imprevisibilidade e inevitabilidade do evento. No Brasil, a crise econômica deixou de revestir-se do atributo da imprevisibilidade, tal a frequência de sua ocorrência, não sendo lícito a Recorrente invocá-la como causa excludente de sua obrigação.

No que diz respeito à alegação de onerosidade excessiva, De acordo com o princípio da revisão dos contratos, as partes podem ingressar no judiciário para solicitar que seja resolvida a obrigação, parcial ou totalmente, se acontecer um fato extraordinário onde o contrato se torne muito oneroso para uma das partes, podendo assim pedir sua revisão ou sua resolução. Ainda, além desse fato extraordinário, segundo a teoria da imprevisão, também é necessário que tal fato seja imprevisível.

Desse modo, a alegada crise financeira mundial não pode ser suscitada como "acontecimento extraordinário ou imprevisível", muito menos como sendo caso fortuito ou força maior.

Ante o exposto, voto, então, pelo não-provimento do presente recurso, mantendo-se incólume a r. sentença de 1º grau.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

114

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294784-8
APELANTE: IRMÃOS COUTINHO INDÚSTRIAS DE COUROS
S.A
APELADO: PULCRA ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA.
REVISÃO: DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

REVISÃO

Voto no sentido de negar provimento ao apelo
acompanhando o voto do eminente Des. Relator.

Recife, 06 de março de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS
REVISOR